Universidade Nômade

Democracy First: lutas e soberania no mundo pós-Império

Felipe Fortes, Giuseppe Cocco

Felipe Fortes — *Pesquisador e membro da Rede UniNômade Brasil.*

Giuseppe Cocco — *Professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ e pesquisador da Rede UniNômade Brasil.*

Da Venezuela à Ucrânia

Começando pelo fim: o que Trump quer fazer e já está fazendo ao sequestrar Maduro é tornar-se um outro Maduro, um outro autocrata. Eis o cinismo do gesto. Trump não quer mudar o regime na Venezuela, mas nos Estados Unidos. A luta é, pois, uma só: contra o fascismo, seja ele chavista ou trumpista. É a partir desse ponto que o episódio venezuelano precisa ser recolocado em perspectiva. Se a invasão americana da Venezuela e a captura de seu ditador, certamente não podem ser lidas como uma vitória da democracia, tampouco representam um *déjà-vu* anacrônico de um velho imperialismo americano.

Do ponto de vista estritamente jurídico, a invasão à Venezuela constitui uma violação direta do direito internacional e da Constituição americana. Em primeiro lugar, porque não há qualquer situação de legítima defesa: a Venezuela não atacou nem ameaça diretamente os Estados Unidos, ainda que Donald Trump tente enquadrar a operação político-militar como parte de uma "guerra americana contra o narcotráfico internacional" e seus "narco-Estados", tratando Maduro não como um inimigo político, mas como um "criminoso" a ser preso e julgado, portanto, tratando a situação como uma questão de segurança interna, contornando, assim, o congresso. Em segundo

lugar, é uma ação que ignora completamente qualquer autorização do Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, qualquer tentativa de simplesmente "latinizar" a questão vai por água abaixo: não há diferença substantiva em relação à invasão russa da Ucrânia e os mesmos critérios jurídicos que permitem denunciar uma invasão autorizam denunciar a outra, sem exceções seletivas nem hierarquias morais convenientes, por mais que, para defender a Rússia e Putin, a esquerda — particularmente no Brasil — tenha relativizado até mesmo a violência da guerra, a democracia e o primado da resistência.

No entanto, do ponto de vista político, esse episódio inaugural de 2026 nos permite analisar novas questões: a primeira delas, é o consenso que a operação americana encontra entre os 8 milhões de refugiados venezuelanos espalhados pelo mundo. É a partir desse tipo de deslocamento que vale retomar um critério que já mobiliamos no apoio à resistência da Ucrânia: o reconhecimento da soberania ucraniana, não como base em algum alinhamento a um bloco geopolítico, mas a partir de um ponto de vista democrático radical, aquele encarnado pelas formas de resistência e cidadania ucraniana. Na Ucrânia, as regras do direito internacional não são da ordem abstrata da normatividade, mas o terreno concreto da resistência e da prática da liberdade. Esse perspectivismo permite reconhecer, na Ucrânia, o surgimento, por dentro da resistência à guerra de invasão russa, de novas invenções democráticas. Esse ponto de vista é sistematicamente invisibilizado pelas leituras campistas. Diante do ataque trumpista à ditadura chavista da Venezuela, o campismo e grandes setores da esquerda e do nacionalismo brasileiro completam a vergonha do apoio à invasão russa da Ucrânia por mais um capítulo de mesquinharia. Dessa vez, não há hesitação: eles condenam a agressão americana com a mesma determinação com a qual isentam ou apoiam a russa. Boa parte da esquerda não critica Trump pela dupla violação das leis (internacionais e nacionais), mas porque, no fundo, continua disposta a defender o regime chavista de Maduro, desde que o

inimigo declarado seja Washington. Até setores da esquerda dita "decolonial", que por anos repetiram a doxa extravagante que associa extrativismo, patriarcado e neoliberalismo, acabam hoje alinhados ao patriarcado realmente existente: o patriarcado teocrático e extrativista do regime iraniano, sustentado por um fundamentalismo religioso infame.

A questão que colocamos, portanto, é que a defesa da soberania venezuelana não pode se converter, em nenhuma hipótese, em uma defesa de Nicolás Maduro e de seu regime autoritário que, herdeiro do chavismo, trabalhou ativamente na corrosão das precárias instituições democráticas venezuelanas.

Com efeito, o regime fascista que Trump está querendo impor nos Estados Unidos de maneira cada vez mais acelerada se torna mais inteligível quando o apreendemos como a figura espelhada desse modo de ser da esquerda. Trump sequer não se importa em invocar alguma justificação de suas ações que não seja o argumento puro e cru da força: nesse sentido, ele se mostra um irmão gêmeo da esquerda que defende a Rússia e Maduro. Quando afirma que a sua motivação é o petróleo, diz apenas meia verdade: o que ele busca, sobretudo, é governar com o chavismo residual. Deste modo, Trump não combate o regime, mas apenas as alianças geopolíticas dele. O ridículo dos que defendem o chavismo é que estão muito mais próximos de Trump do que gostariam de admitir. O mesmo vale para Putin. Trump ainda não abandonou de vez a Ucrânia, mas já deixou claro que não a apoia como um país democrático em luta por sua independência: ele a imagina como um vassalo estratégico, enquanto se mostra disposto a estreitar relações com o sátrapa de Moscou desde que este aceite afastar seu país da órbita chinesa.

Soberania e democracia

O que está em jogo, infelizmente, não se restringe ao caso venezuelano, mas se intensifica com ele, e se trata, em primeiro lugar, de um desafio direto aos critérios mínimos que ainda organizam ou pretendem

organizar o uso legítimo da força no sistema internacional; e, em segundo lugar, de uma interrogação decisiva sobre o próprio destino da democracia no mundo. A partir desse ponto de vista, qualquer análise crítica não pode tentar normalizar o que é uma ruptura: normalização que é produzida tanto pelas leituras anacrônicas que recorrem automaticamente aos fantasmas da Guerra Fria. O que vem acontecendo é a remodelagem brutal do poder mundial.

A invasão americana da Venezuela nos permite apreender um enigma central da política contemporânea que se formula assim: a relação entre soberania e democracia não é necessariamente cumulativa. Durante boa parte do século XX, admitiu-se que o fortalecimento da soberania estatal caminharia lado a lado com a consolidação democrática, e que o enfraquecimento da democracia implicaria, cedo ou tarde, na perda de soberania. Entretanto, experiências recentes mostram que, em nome da soberania e do governo nacional, é possível sacrificar ou enfraquecer a própria democracia, produzindo derrotas políticas profundas, como foi o caso do grande levante de Junho de 2013 no Brasil.

De um lado, o enfraquecimento da democracia, a erosão de direitos, a captura das instituições e a repressão da dissidência não dissolvem automaticamente a soberania estatal, mas a tornam mais rígida, mais autoritária e mais reacionária. A soberania sobrevive como máquina de guerra mutante, mas esvaziada de conteúdo democrático: transforma-se em prerrogativa de um aparato de poder cada vez mais dissociado da sociedade que afirma representar. É o que se observa na Venezuela, onde a soberania é invocada como princípio absoluto, convertida em retórica de autopreservação do regime, enquanto se fragilizam sistematicamente as condições democráticas que poderiam transformá-la a partir de dentro. A soberania sobrevive como forma, mas dissociada da sociedade, operando como uma blindagem de um aparato de poder transcendente. Algo análogo, ainda que em outro registro histórico e institucional, pode ser observado nos

Estados Unidos sob o trumpismo, onde a afirmação soberanista tem alimentado um aparelhamento repressivo do Estado, marcado pela criminalização de opositores — inclusive de centro-direita, como John Bolton — e pela perseguição sistemática a migrantes, convertidos em bodes expiatórios perseguidos por uma milicia fascista — o ICE (*Immigration and Custom Enforcement*) — à qual é oferecida total imunidade, inclusive nos dois casos de homicídios de cidadãos americanos solidários com os migrantes. Em ambos os casos, soberania e a democracia aparecem como trajetórias divergentes, uma dissociação que constitui o núcleo do enigma que enfrentamos.

De outro lado, e este ponto é decisivo, a intensificação da democracia não se mede exclusivamente por sua coincidência com a soberania estatal. Processos democráticos reais, baseados em pluralismo, participação social, autogoverno e invenção institucional, podem produzir ciclos de luta que ultrapassam as fronteiras nacionais e podem escapar ao controle dos Estados. O fato de a democracia poder se fortalecer para além ou aquém da soberania nacional não constitui, em si, uma patologia ou déficit; é justamente aí que reside sua força própria, sua inventividade e sua capacidade de resistir e se recompor quando o Estado se autonomiza da sociedade. Isso significa, portanto, que a democracia pode se expandir internamente e até transnacionalmente.

Assim, uma das hipóteses que precisamos testar é a seguinte: a democracia vem se enfraquecendo em quase todos os lugares porque já não cabe plenamente no espaço-tempo da soberania. A progressão quase irresistível das novas formas de fascismo — ora abertamente fascistas, ora transitando por registros supostamente "anti-imperialistas" ou de esquerda, como o putinismo reciclado em setores do Movimento 5 *Stelle* na Itália, o madurismo ou mesmo o apoio ao regime iraniano em muitos setores da esquerda brasileira — apresenta-se como um sucedâneo neossoberanista. Isso ocorre porque as instituições democráticas, hoje, só conseguem operar de modo

efetivo em registros pós-soberanos: como no caso da União Europeia, dos fluxos migratórios, das COPs, do *stack* digital ou, mais recentemente, das coalizões democráticas que sustentam a resistência ucraniana.

Nesse sentido, o *Lebensraum* (o "espaço vital") que Trump busca afirmar no hemisfério ocidental é profundamente paradoxal e contraditório ***por ser neossoberanista***: **America First** *significa uma figura monárquica sem aliados, com países abertamente dominados, sejam eles emergentes (como o Brasil), ou desenvolvidos como o Canadá ou a Dinamarca. É por isso que a administração Trump trabalha sistematicamente para destruir todas as instâncias de governança supranacional, apesar de, ou justamente por causa de, o papel hegemônico que os Estados Unidos historicamente desempenharam em quase todas elas.*

Por um lado, os sistemas institucionais democráticos enfrentam enormes dificuldades para se metamorfosear em níveis suprassoberanos, e isso se traduz no aprofundamento de suas crises, particularmente do funcionamento de suas democracias representativas. Não é por acaso que, no plano da representação política, um ponto de inflexão decisivo tenha ocorrido em 2016, com a eleição de Trump 1.0 e a vitória do Brexit. O projeto europeu é claramente o experimento mais avançado de construção supranacional e pós-soberana, justamente por isso, tornou-se o alvo simultâneo da China, da Rússia e dos Estados Unidos.

Por outro lado, o retorno do horizonte soberanista parece oferecer respostas imediatas às ansiedades que essas dificuldades crescentes alimentam. Se multiplicam os governos populistas de direita e as forças da nova extrema-direita avançam em todas as regiões, no Norte e no Sul globais. Esse retorno, no entanto, é ilusório: nos países que não dispõem da força material necessária para se afirmar em um ambiente internacional cada vez mais conflitivo, o soberanismo tende a permanecer como puro exercício retórico. Já nos países que dispõem dessa força — sobretudo os Estados Unidos e a China — sua afirmação se dá ao custo da erosão acelerada do

Por outro lado, o retorno do horizonte soberanista parece oferecer respostas imediatas às ansiedades que essas dificuldades crescentes alimentam. Se multiplicam os governos populistas de direita e as forças da nova extrema-direita avançam em todas as regiões, no Norte e no Sul globais. Esse retorno, no entanto, é ilusório: nos países que não dispõem da força material necessária para se afirmar em um ambiente internacional cada vez mais conflitivo, o soberanismo tende a permanecer como puro exercício retórico. Já nos países que dispõem dessa força — sobretudo os Estados Unidos e a China — sua afirmação se dá ao custo da erosão acelerada do *soft power*. Ainda não sabemos se Trump conseguirá consolidar plenamente seu projeto autocrático, mas os estragos que produziu, produz e ainda pode produzir sobre o *soft power* americano tendem a ser duradouros e talvez já sejam irreversíveis. Para "os fracos", como disse o primeiro-ministro canadense em Davos, a questão que se coloca é mesmo a de sua cooperação horizontal aderindo ou reinventando o modelo europeu.

Desse problema decorre boa parte do revival sonolento das teorias da organização política, obcecadas em resolver a passagem da insurreição ao governo como se aí estivesse o nó decisivo. Em nossa perspectiva, o impasse não reside no conflito, entre a expressão radical da democracia e a arquitetura fechada do Estado, mas em sua resolução, ou seja, em qualquer tentativa de encerrar esse conflito, bloqueando as dinâmicas criativas das lutas que reabrem continuamente os processos constituintes e instituintes do antagonismo. A teoria radical do poder constituinte — para não falar de seus epígonas neo-leninistas — tem errado ao supor que o fechamento das lutas seria aquele promovido pelos processos institucionais. A história mostra que o pior fechamento sempre decorreu da busca, nas redes organizadas que as atravessam, por algum absoluto revolucionário. Isso invariavelmente se traduziu no fim das próprias lutas, entre gulags, expurgos e "praças Tiananmen". O ponto não é preservar uma "essência" do poder constituinte nem se opor abstratamente ao poder constituído, mas apostar

numa dinâmica em que o conflito permaneça aberto, o terreno mesmo da invenção democrática, como sugeria Claude Lefort.

É esse fechamento que hoje se tenta impor tanto na Venezuela quanto nos Estados Unidos sob Trump e, claro, na Ucrânia e a partir dela em todo o espaço pós-soviético.

Manter aberta a dinâmica das lutas, mais do que tentar ditar seus resultados forçando uma teleologia, pode ser um critério decisivo para avaliar a qualidade e a legitimidade de qualquer soberania. É aqui que mesmo quando não se manifesta como cumplicidade aberta, a política externa de Lula como realismo "pacifista" é totalmente míope ou até cega: de todo modo é um indicador do mais total esgotamento do campo ideológico do lulismo (mesmo que no campo eleitoral ele continue vivo e seja até útil como *katechon* capaz de frear o ímpeto bolsonarista, no plano propriamente político ele não produz nenhuma ruptura efetiva com o bolsonarismo, limitando-se a administrá-lo, contê-lo ou adiá-lo, sem jamais conseguir desativar as condições que o tornam recorrente).

É por isso que o caso da Ucrânia continua sendo exemplar e incontornável. A defesa da soberania ucraniana é, sem dúvida, uma defesa democrática; mas a democracia dos ucranianos não se reduz à mera afirmação do Estado nacional nem mesmo a preservação institucional, ainda mais quando essas instituições estão sob bombardeio faz quatro anos. Ao contrário, são as práticas democráticas concretas que se constituem, antes, na insurreição de Maidan e, depois, diante da guerra, por meio da renovação da mobilização social, das redes de solidariedade, da participação cidadã contínua, da resistência organizada e da reinvenção de formas de autogoverno em condições extremas, que conferem densidade política e legitimidade social à soberania ucraniana. Na Ucrânia, a democracia está viva e combate o fascismo russo e o americano também. Mesmo sob invasão, a sociedade ucraniana não suspendeu o conflito democrático interno e os protestos dos jovens ucranianos forçaram o governo de Volodymyr Zelensky

a reativar agências de regulação, o que evidencia a existência de uma esfera cidadã ativa, capaz de exigir responsabilização e impor limites ao poder em meio à guerra. Esse dado é decisivo. Ele mostra que não é a soberania estatal que garante a democracia, mas a vitalidade democrática da sociedade que sustenta e reconfigura a soberania, mesmo diante da agressão externa. A soberania aparece, assim, não como ponto de partida, mas como efeito político de uma democracia viva.

Esse postulado, em nosso ponto de vista, é generalizável: ***onde a democracia se mantém ativa, ainda que conflitiva, ela pode produzir formas desejáveis de soberania; onde é corroída, a soberania tende a sobreviver apenas como comando vazio e autoritário, separado da sociedade***. Mais do que isso, contrariamente à desinformação que alimenta o oportunismo político e diplomático pró-russo, as multidões ucranianas não se mobilizam em termos de nacionalismo: a soberania que defendem é, sem dúvida, a recusa ao retorno do pesadelo da escravidão russa, mas ela se projeta em um horizonte explicitamente pós-soberano: europeu. Aliás, esse *desejo* de "Europa", de pertencimento a uma constituição política pós-soberana, é talvez aquilo que mais irrita os campistas e outros torcedores de autocratas. Claro, não há nenhum determinismo nisso. Já sabemos o que a frustração e o militarismo podem acabar determinando: mas se isso acontecerá, já sabemos que será uma combinação fruto da infâmia russa, da traição americana e da covardia dos europeus.

Um segundo corolário decorre diretamente desse diagnóstico: é sempre em um regime democrático que as lutas encontram melhores condições para se desenvolver. Não porque a democracia seja um espaço neutro ou harmonioso, mas justamente por não ser *nem um nem outro*. Só a democracia pode transformar o conflito em direitos, tornando visíveis as disputas e permitindo a circulação de demandas, novos desejos e novas subjetividades. Não há outro regime que tenha conseguido tornar-se o teatro dessa dinâmica.

Mesmo limitada, a democracia oferece brechas institucionais e arenas de contestação que viabilizam a ação coletiva, a crítica e a transformação e com isso a inovação e a produção da riqueza. Regimes autoritários, ao contrário, tendem a eliminar o conflito ou empurrá-lo para a clandestinidade, o tornando mais vulneráveis à repressão e à destruição, pura e simples. É por isso que a escolha pela democracia não é uma adesão normativa abstrata e ainda menos um imperativo moral, mas uma decisão política concreta: trata-se de escolher o terreno onde as lutas podem se articular e avançar.

A possibilidade real de que a mais antiga democracia — a americana — entre em uma espiral autoritária e, até em uma nova guerra civil, deriva, em parte, do fato de que as instituições americanas operaram, após o 6 de janeiro de 2021, dentro de um formalismo jurídico excessivamente abstrato diante do imperativo democrático de desarticular materialmente o fascismo. Os rios de tinta gastos para explicar a derrota democrata e a chegada de Trump 2.0 passam ao largo de um ponto decisivo: entre um fascismo que organiza cinicamente a inimizade — em termos nitidamente schmittianos — e instituições que se autolimitam moralmente no marco abstrato das normas — em termos claramente kelsenianos —, o que nos falta é uma democracia dotada de força. Entre o príncipe sem princípios de um Trump schmittiano e os princípios sem efetividade do sistema de

A possibilidade real de que a mais antiga democracia — a americana — entre em uma espiral autoritária e, até em uma nova guerra civil, deriva, em parte, do fato de que as instituições americanas operaram, após o 6 de janeiro de 2021, dentro de um formalismo jurídico excessivamente abstrato diante do imperativo democrático de desarticular materialmente o fascismo. Os rios de tinta gastos para explicar a derrota democrata e a chegada de Trump 2.0 passam ao largo de um ponto decisivo: entre um fascismo que organiza cinicamente a inimizade — em termos nitidamente schmittianos — e instituições que se autolimitam moralmente no marco abstrato das normas — em termos claramente kelsenianos —, o que nos falta é uma democracia

dotada de força. Entre o príncipe sem princípios de um Trump schmittiano e os princípios sem efetividade do sistema de *check and balance*, permanece aberto o enigma do político: o princípio maquiaveliano da convergência entre fins e meios, entre *virtù* e *fortuna*.

É nesse sentido preciso que ***a democracia vem primeiro***, porque é nela que a política e as lutas podem, efetivamente, acontecer. Não se trata, portanto, de aceitar a disjunção entre soberania *ou* democracia, mas de reconhecer que a relação entre ambas é instável, contraditória e politicamente indeterminada. E, se tomamos o ponto de vista da democracia, a indeterminação é a própria possibilidade da inventividade democrática.

A Venezuela explicita esse paradoxo de forma dramática. Enquanto o regime de Nicolás Maduro reivindicava a soberania contra toda ingerência externa, milhões de venezuelanos foram forçados ao exílio, revelando que a soberania estatal já não coincide com a capacidade de garantir vida, direitos e futuro aos venezuelanos. Nesse sentido, a soberania não desaparece, mas perde densidade democrática: continua como um zumbi que devora os vivos; enquanto o que se desloca, com os fluxos migratórios, são as próprias práticas democráticas que sobrevivem e se reinventam fora de seus marcos institucionais tradicionais. Os quase oito milhões de venezuelanos exilados, portanto, não são uma externalidade do problema, mas seu índice mais concreto. É nesse ponto que a Venezuela de Maduro e os Estados Unidos de Donald Trump aparecem como duas faces da mesma moeda falsa: em um caso, a soberania se preserva pelo fechamento autoritário e pela separação entre Estado e sociedade; no outro, ela se afirma em chave soberanista-securitária, ao custo da erosão das mediações democráticas e da criminalização de segmentos sociais, como se vê na perseguição a migrantes: um dos objetivos trumpistas na tomada de controle do zumbi chavista é mandar de volta os refugiados venezuelanos.

Em ambos, a soberania endurece enquanto a democracia se rarefaz. Colocar o problema nesses termos permite escapar de duas armadilhas

simétricas: a que defende a soberania mesmo quando ela se expressa como autoritarismo defensivo, travestido de "mal menor" contra o estrangeiro ou o "Ocidente", e aquela que reduz a força da democracia a um simples alinhamento geopolítico. Pensar hoje a relação entre soberania e democracia exige aceitar seu caráter enigmático e não cumulativo, reconhecendo que nem o endurecimento autoritário produz a soberania que desejamos, nem a democracia precisa coincidir plenamente com o Estado para afirmar a sua *virtú*. É nesse terreno instável e não nos esquemas herdados do século XX que se trava o conflito político do presente.

Zonas de influência em um mundo pós-império

O que se desenha, portanto, é uma reorganização global em zonas de influência cada vez mais explícitas. Os Estados Unidos tendem a reinscrever a América Latina como espaço de ação direta; a China consolida sua gravitação sobre a Ásia e sobre cadeias produtivas estratégicas; e a Rússia busca manter partes significativas da Europa dita "Oriental" (Eurásia) e do entorno pós-soviético sob pressão militar e agressão política permanente. No entanto, chamar esse quadro de retorno do colonialismo, como faz Vladimir Safatle ao falar de um "colonialismo 3.0"[1] em relação à invasão da Venezuela, não faz as contas com as consequências de seu próprio argumento: na sua definição, esse novo colonialismo seria uma continuidade direta das fases históricas de partilha territorial e saque econômico que marcaram as disputas no século XIX e início do XX, uma lógica que ele estende ao ataque norte-americano atual como se fosse a reedição do mesmo modelo histórico de pilhagem e subsunção formal.

No entanto, ***nem colonialismo clássico repaginado, nem o Império estão de volta***. Em primeiro lugar, porque aquilo que presenciamos hoje são configurações de poder fragmentárias e assimétricas, em que a coerção militar, as pressões econômicas, a competição por mercados e tecnologia, e

[1]SAFATLE, Vladimir. Bienvenue dans le colonialisme 3.0. Em: https://www.lestempsquirestent.org/fr/numeros/numero-8/bienvenue-dans-le-colonialisme-3-0

as demandas por zonas de influência política coexistem sem a forma colonial formal de dominação territorial nem as relações de vassalagem e federação típicas dos impérios europeus. O colonialismo clássico implicava expropriação direta, administração política formal e uma lógica de metrópole-colônia claramente delineada; o quadro atual, ao contrário, combina soberania formal com coerção tanto direta quanto indireta, redes de dependência e disputas entre poderes hegemônicos, sem, no entanto, apresentarem a unidade institucional e consensual que caracterizou os impérios históricos.

Em segundo lugar, os impérios históricos nunca se sustentaram apenas pela força bélica: dependeram também da produção de consentimento e da construção de zonas de confiança política e institucional, capazes de conferir cidadania, legitimidade e estabilidade a um comando que, ao perder essa confiança, acabava por ruir. Como argumenta Nane Cantatore, um *imperium* só se mantém enquanto o *hegemon* é capaz de garantir dois princípios constitutivos: a *fides*, isto é, a confiabilidade absoluta dos pactos firmados, com a certeza de que os compromissos serão honrados independentemente da conveniência momentânea, e a *pax*, entendida não apenas como ausência de guerra, mas como a produção ativa de uma ordem que proteja os federados, assegure os fluxos econômicos, estabilize as rotas comerciais e permita a preservação de suas instituições, direitos e formas de vida. É esse modelo, historicamente raro, que Cantatore identifica no *imperium* romano, sobretudo no período republicano e no início do principado, no Império britânico e, mais recentemente, na hegemonia americana do pós-1945, em que a supremacia militar era acompanhada por garantias jurídicas, previsibilidade política e integração econômica, acrescentamos aqui, pelo papel central da instituição do dólar como a moeda global. Em contraste, formações baseadas na centralização coercitiva e na submissão direta, como o Império persa e a autarquia russa, foram incapazes de acomodar as pressões nacionais, nunca lograram produzir esse equilíbrio

instável entre formas de comando, consentimento e invenção de cidadania. É precisamente essa combinação entre força, pacto e confiança que transforma a supremacia militar em autoridade reconhecida e distingue o *imperium* propriamente dito, da mera dominação colonial ou da ocupação violenta.

Essa leitura converge, por outro caminho, com nossa interpretação crítica da crise da noção de Império desenvolvida por Michael Hardt e Antonio Negri. Na leitura de Hardt e Negri, o Império global era juridicamente estruturado como uma constituição mista, de matriz polibiana (a mesma tradição que influenciou decisivamente a constituição americana), na qual elementos monárquicos, aristocráticos e democráticos se equilibram de modo instável. O ponto decisivo, porém, que parece ter escapado ao próprio Hardt e Negri, como já escrevemos em outro texto[2], é que, nessa arquitetura, a democracia não constitui, nem um componente, nem um simples efeito de legitimação do comando, ainda menos um potencial futuro que o negaria. Ao contrário, é justamente a multidão, enquanto campo vivo de lutas, invenção social, cooperação e produção de direitos, que constitui a vitalidade democrática interna do Império, justamente por seu modo de ser conflitual, instável e, portanto, jamais plenamente integrado. Hardt e Negri, no entanto, tendem a pensar a multidão como um elemento exterior, portanto, transcendente em relação à democracia imperial, enquanto nossa hipótese é de que ela funciona exatamente como sua condição imanente de existência e de crise. É por isso que a crise contemporânea da forma-Império não se explica apenas pela perda de primazia econômica ou militar. O que está em jogo é a tentativa de colapsar sua dimensão democrática. Quando os dispositivos democráticos se esvaziam e os ciclos de luta democráticos são bloqueados, a constituição mista entra em curto-circuito. O equilíbrio polibiano se rompe, e os vetores monárquicos e aristocráticos passam a

[2]COCCO, Giuseppe, FORTES, Felipe, PILLATI, Adriano. Crise da Democracia e Império: 25 anos depois. Em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/92817.

operar sem contrapeso, concentrando poder, endurecendo o comando e asfixiando aquilo que mantinha o Império vivo como forma política e não apenas como dominação.

Quando Michael Hardt afirma, em entrevista recente[3], que estaríamos diante de uma "revanche do Império", ele parece estar resolvendo de maneira burocrática a ambivalência da obra que assinou com Negri 25 anos atrás. A ideia de revanche pressupõe que o Império descrito em *Empire* permaneça estruturalmente intacto e que o que vemos seja apenas sua radicalização ou até explicitação. ***O que está em curso, porém, é o oposto: não a intensificação da forma-Império, mas a aceleração de sua crise***. O Império dependia de uma articulação relativamente estável entre comando, direito e democracia, uma constituição mista capaz de produzir legitimidade e sustentar pactos. O que vemos hoje é a decomposição dessas bases: fragmentação em zonas de influência, regressão soberanista, erosão da confiança e substituição de pactos por coerção direta. Se há alguma "revanche", ela não é do Império, mas dos seus vetores monárquicos e aristocráticos, agora operando sem o contrapeso democrático. O que retorna não é o Império, mas uma nova forma de dominação que emerge quando sua dimensão democrática entra em colapso.

É nesse sentido preciso que Trump não aparece como o restaurador do Império americano nem de um Império global, mas como seu maior agente de corrosão. O slogan *Make America Great Again* não expressa um esforço, nem mesmo ideológico, de restaurar a América que venceu o nazismo, prosperou no pós-guerra e consolidou sua hegemonia global. Esse período, frequentemente evocado como uma *golden age*, foi marcado pela expansão econômica, por formas relativamente estáveis de mediação social e pela ascensão da classe média industrial. A nostalgia que move o trumpismo, no entanto, mira outro passado: anterior ao Estado fiscal moderno, antes de

3 HARDT, Michael. A revanche do Império e o rebanho digital. Outras Palavras, 2026. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/hardt-a-revanche-do-imperio-e-o-rebanho-digital/. Acesso em: 18 fev. 2026.

1913, quando se institui o imposto federal sobre a renda, ou mesmo antes de 1894, com a tentativa fracassada do *Wilson-Gorman Tariff Act* de criar um imposto permanente para compensar a redução das tarifas alfandegárias. O ideal mobilizado é o de uma América em que o capital podia se acumular sem redistribuição, sem regulação e sem responsabilidade fiscal, uma América de monopólios, desigualdade extrema e dominação sem mediações institucionais. Ao romper pactos, deslegitimar alianças, desprezar instituições transnacionais e transformar a proteção em mercadoria e barganha, como um bom mafioso, ele mina exatamente os princípios que tornam um *imperium* viável. Trump não ameaça, portanto, o Império desde fora, ao mesmo tempo que ele constitui o primeiro sintoma de um fora do Império. O resultado não é a consolidação de uma nova ordem imperial, mas a produção de um espaço marcado pela multiplicação de zonas de anomia (exógenas ao nomos imperial do pós-segunda guerra), pela desconfiança generalizada e sobretudo pela proliferação de conflitos. O que vemos hoje é exatamente essa desintegração do Império, não a sua reconstituição. A possibilidade de uma *fides* e de uma *pax* multitudinária se dissolve em mundo pós-imperial repleto, contudo, de novos impulsos imperialistas ainda fragmentários e, tendencialmente, em confronto entre si.

Se Trump decidir invadir um novo país latino-americano, quem conseguirá se contrapor efetivamente? A pergunta não é retórica. Trump volta a ameaçar a anexação da Groenlândia e mesmo a Colômbia. A questão é que o desmantelamento progressivo da ordem mundial do pós-Segunda Guerra, a crise, portanto, da forma-Império, somado ao esgotamento do neoliberalismo, não abriu caminho nenhum para algo mais progressivo ou democrático. Ao contrário, essas dinâmicas pós-imperiais e pós-neoliberais vêm produzindo um cenário de fragmentação no qual o mínimo de contenção recíproca e de diplomacia cede lugar à administração unilateral da força e à lei do mais forte. Esse impasse é parte constitutiva do enigma que enfrentamos.

O que vemos hoje é, portanto, menos uma continuidade histórica do que uma série de rupturas que moldam um novo nomos da terra que funciona, paradoxalmente, a partir do crescimento de zonas de anomia. Na chamada "doutrina Donroe" trumpista (termo utilizado por analistas para designar a atualização da Doutrina Monroe sob a lógica política de Donald Trump: o "don" sendo uma referência ao nome de Trump mas também ao *Don* dos mafiosos) o novo "segurador" é aquele que produz o risco e cobra por ele, como na própria afirmação sem meia palavras de Trump, de que os custos da intervenção e da administração da Venezuela serão pagos com o petróleo venezuelano. Não se trata de um retorno simples à Guerra Fria, nem da emergência de um novo império com vocação integradora, mas da consolidação de esferas de influência assimétricas, pouco reguladas e crescentemente naturalizadas, nas quais a força substitui a legitimidade e a gestão estratégica do risco ocupa o lugar da construção de confiança política. O que se impõe, portanto, é uma governamentalidade marcada por intervenções seletivas, retorno das guerras de alta intensidade, demonstrações performativas de poder e tolerância recíproca às derivas autoritárias alheias, um mundo sem império, mas repleto de impulsos imperialistas, e sobretudo sem qualquer horizonte democrático compartilhado.

Nesse contexto, alguns pensam que estamos assistindo à emergência de algo como um triunvirato autoritário de contenção relativa e reforço particular, corporificado em Donald Trump, Vladimir Putin e Xi Jinping, defensores ferrenhos da soberania e hegemonia, mas abertamente adversos à democracia e aos direitos. A política de Trump é paradoxal e, justamente por isso, relativamente imprevisível. Pode-se supor, inclusive, que, para além das formas de um eventual triunvirato autoritário, começam a aparecer as linhas de um grande enfrentamento por vir entre as duas maiores potências do sistema internacional: os Estados Unidos e a China. O que interessa aqui, no entanto, não é antecipar cenários ou adivinhar desfechos, mas apreender

as dinâmicas estruturais em jogo. A mais decisiva delas pode ser formulada por meio de uma metáfora: o mundo globalizado sofreu uma espécie de "indigestão de China". Resta saber se as múltiplas crises e sintomas desse engolfamento serão metabolizados por meio de rearranjos institucionais e políticos ou se, ao contrário, conduzirão a um choque aberto que parece cada vez menos evitável.

Nenhuma das superpotências tem real interesse em conter as derivas autoritárias das outras, desde que suas próprias zonas de influência sejam respeitadas. Trump invadiu a Venezuela, Putin a Ucrânia, e a China opera por coerção gradual e pressão assimétrica: consolidando posições militares regionais, disputas fronteiriças controladas e ameaçando permanentemente Taiwan, sem falar na recentralização de Hong Kong por meios autoritários e da expansão de sua influência por instrumentos econômicos e infraestruturais, como a Belt and Road Initiative, ao mesmo tempo em que sustenta materialmente a capacidade russa de prolongar a guerra contra a Ucrânia.

Invasão, ocupação e coerção convivem, assim, como estratégias complementares e naturalizadas de uma nova "ordem" mundial no horizonte. Trump dificilmente será "contido" por Pequim ou Moscou se suas ações se limitarem ao hemisfério americano; da mesma forma, Washington tolera, ainda que retoricamente critique, as expansões autoritárias alheias quando elas não ameaçam diretamente seus interesses estratégicos centrais. O resultado é inquietante: não há hoje um polo capaz ou disposto a sustentar limites democráticos universais ao uso irrestrito da força. Qual é, então, o lugar da Europa e do Brasil nesse tabuleiro? O redesenho do multilateralismo não produziu emancipação, mas um cenário no qual cada potência testa até onde se pode ir. É nesse mundo de soberanias endurecidas, democracias enfraquecidas e novas zonas de influência que se coloca a pergunta decisiva: quem segura Trump, Putin e Xi Jinping e, mais amplamente, quem segura

qualquer potência quando a democracia é dinamitada no redesenho da ordem mundial?

Entre o cinismo e o fascismo

O cenário aberto pela invasão americana da Venezuela explicita, ainda, um triângulo político perverso que estrutura grande parte do debate contemporâneo: o cinismo, o novo fascismo mundial em ascensão e a hipocrisia compartilhada entre direita e esquerda, que mistura todos os blocos, tornando o campismo ainda mais infantil. Essa combinação desorganiza os próprios critérios de orientação política: posições historicamente associadas à esquerda passam a operar como legitimação de autoritarismos, enquanto discursos de direita se reapresentam sob roupagens supostamente críticas ou "anti-imperiais". Não se trata de uma simetria moral simplista, mas de uma convergência que empobrece a crítica e bloqueia qualquer critério democrático consistente de mesmo aparecer na superfície do debate.

O cinismo, por exemplo, como se apresenta na esquerda hegemônica, no-global, antiocidental, identitária e essencialista, aparece quando as categorias críticas de soberania, anti-imperialismo e sul-global, são mobilizadas sem qualquer relação com as condições reais da emergência da democracia e, portanto, das lutas. Regimes autoritários passam a ser defendidos, por convicção, ou mesmo "a contragosto", "por falta de opção", "contra um mal maior", enquanto práticas repressivas, corrupção desenfreada e a destruição da vida social são relativizadas ou silenciadas. O cinismo não está exatamente em errar a análise, mas em insistir, mesmo assim, substituindo a crítica por um alinhamento reflexo e a militância por uma fidelidade pior que o pior campismo. Nesse ponto, o putinismo de esquerda funciona como paradigma. Vladimir Putin tornou-se, para amplos setores do pensamento crítico, uma espécie de proxy — esse sim, aceitável — antiocidental: um autoritarismo tolerável e justificável porque supostamente

se opõe aos EUA, uma violência aceitável porque se exerce contra inimigos "imperialistas", contra a "Otan", etc. O resultado — sem contar a naturalização da agressão e da repressão como essa que acontece no Irã — é a negação da democracia em nome de um jogo geopolítico que relativiza tudo, até mesmo os direitos humanos, uma conquista — vejam só — das lutas que caracteriza

O cinismo, por exemplo, como se apresenta na esquerda hegemônica, no-global, antiocidental, identitária e essencialista, aparece quando as categorias críticas de soberania, anti-imperialismo e sul-global, são mobilizadas sem qualquer relação com as condições reais da emergência da democracia e, portanto, das lutas. Regimes autoritários passam a ser defendidos, por convicção, ou mesmo "a contragosto", "por falta de opção", "contra um mal maior", enquanto práticas repressivas, corrupção desenfreada e a destruição da vida social são relativizadas ou silenciadas. O cinismo não está exatamente em errar a análise, mas em insistir, mesmo assim, substituindo a crítica por um alinhamento reflexo e a militância por uma fidelidade pior que o pior campismo. Nesse ponto, o putinismo de esquerda funciona como paradigma. Vladimir Putin tornou-se, para amplos setores do pensamento crítico, uma espécie de proxy — esse sim, aceitável — antiocidental: um autoritarismo tolerável e justificável porque supostamente se opõe aos EUA, uma violência aceitável porque se exerce contra inimigos "imperialistas", contra a "Otan", etc. O resultado — sem contar a naturalização da agressão e da repressão como essa que acontece no Irã — é a negação da democracia em nome de um jogo geopolítico que relativiza tudo, até mesmo os direitos humanos, uma conquista — vejam só — das lutas que caracteriza a *diferença ocidental*: ou seja, o fato de que não existe "o" Ocidente, mas *muitos* ocidentes.

Por outro lado, as novas formas de fascismo contemporâneo, enquanto atacam abertamente migrantes, por exemplo, vem praticando o culto da força enquanto atacam as mediações institucionais, produzindo a personalização do poder e, portanto, a normalização da violência política.

Aqui, Donald Trump é a figura central, não como exceção, mas como síntese do cinismo, do fascismo e da hipocrisia. Ele encarna um projeto antiocidental que combina autoritarismo interno, unilateralismo externo e desprezo aberto pela democracia como valor comum.

O ponto decisivo, porém, está na zona de contato, vizinhança e indiscernibilidade entre o fascismo, o cinismo e a velha hipocrisia: esse antiamericanismo ontológico é cínico, hipócrita e, em última instância, fascista. Ele é cínico porque opera com categorias críticas — imperialismo, soberania, anticolonialismo — já desligadas de qualquer compromisso com as condições reais da democracia e das lutas, funcionando como álibis retóricos para justificar alinhamentos de antemão e suspender o juízo político sempre que o agressor não seja Washington. Ele é hipócrita porque invoca seletivamente princípios que diz defender: condena intervenções apenas quando praticadas pelos Estados Unidos, relativiza ou silencia invasões, repressões e massacres quando cometidos por regimes "antiocidentais", e transforma o direito internacional, os direitos humanos e a própria ideia de soberania em instrumentos oportunistas de acusação, jamais em critérios democráticos concretos. E ele é fascista porque reativa uma lógica schmittiana do inimigo absoluto, na qual a política se reduz à identificação de um mal ontológico a ser combatido, autorizando a suspensão de toda mediação democrática, a glorificação da força e a legitimação de regimes autoritários desde que ocupem o lugar simbólico de antagonistas do "império americano". Não se trata, portanto, de uma crítica histórica, situada ou estratégica aos Estados Unidos, mas da ideia de que "a América" encarna, por natureza, o mal político do mundo, da mesma maneira que décadas de denúncias ideológicas de finanças e neoliberalismo substituíram a crítica ao capitalismo contemporâneo por um pastiche e hoje aparecem, por um lado, como estertores da banalização do antissemitismo e, pelo outro, como recursos complementares aos tarifaços do Rei Trump II.

Essa ladainha torna Donald Trump uma "dádiva", o inimigo ideal *porque* inconscientemente *desejado* pela esquerda. Trump encarna aquilo que permite à esquerda dogmática confirmar tudo aquilo que ela já acreditava: o americano sem qualidades. Diante de Trump, a crítica se converte, diretamente para o esgoto, em uma descarga moral automática. Tudo o que, pelo menos em narrativa e retoricamente, se "opõe" a ele passa a parecer aceitável; toda violência cometida de um "outro lado" tão abstrato quanto falso, torna-se relativizável, quando não celebrada como uma forma de resistência. O trumpismo é lido como simples atualização do imperialismo clássico, enquanto regimes autoritários atuais são absolvidos ou minimizados por ocuparem o lugar simbólico de "anti-EUA". Nesse movimento, a esquerda não apenas erra o diagnóstico: ela abdica de qualquer critério próprio, substituindo a análise do presente pela velha lógica schmittiana do amigo e inimigo. Ao passo que o grande argumento da crítica da democracia liberal é sua hipocrisia, essa se afirma como cinismo.

Esse não se restringe ao comunicado risível da Rússia que condenou a invasão americana da Venezuela, qualificando-a como um "ato de agressão armada". A partir daqui, parece que tudo é possível: se desenvolve um mecanismo no qual as invasões são condenadas seletivamente, a soberania é invocada apenas quando se convém, o direito internacional é weaponizado para acusar adversários sendo ignorado quando aliados o violam, e a democracia, quando celebrada, é celebrada como valor abstrato para logo ser abandonada sempre que se torna inconveniente. Essa hipocrisia não é um defeito individual, mas um mecanismo sistêmico de justificação, um dispositivo no qual cada campo usa os princípios apenas como armas retóricas. Entre o cinismo e o fascismo, a novidade está na hipocrisia que atravessa cínicos e os fascistas, e o que se perde é precisamente a possibilidade de um critério democrático próprio, materialmente enraizado em um ponto de vista capaz de criticar simultaneamente Trump, Putin, Maduro e todos os regimes que esmagam a democracia.

Essa leitura nos coloca em divergência com a tese formulada por Rodrigo Nunes[4], segundo a qual a transformação atual da ordem mundial poderia ser descrita como uma passagem da hipocrisia liberal ao cinismo. O problema não é que a hipocrisia tenha sido superada por um novo realismo cínico. Ao contrário, o que se observa é a coexistência funcional entre cinismo, fascismo e uma nova forma de hipocrisia que, juntos, operam como dispositivos políticos ativos e complementares, que misturam e embaralham o espectro político. A hipocrisia, portanto, não se muta para que o cinismo apareça, ela emerge e se transforma com ele, ao lado das mutações do próprio fascismo. Nesse sentido, a novidade do cinismo está em sua forma contemporânea de abdicação consciente do critério democrático. O risco da tese de Nunes é que, ao apresentar o cinismo como "a" novidade, naturalizar essa mutação como se a "queda da máscara" da crise do Império fosse apenas a revelação de uma velha verdade: a volta do velho poder imperialista, quando, na realidade, ela encobre uma transformação política mais profunda. É por isso que aqueles que hoje, desprezam ou comemoram a queda da "ordem liberal" são tão cínicos quanto o próprio Trump que a destrói, mas talvez mais hipócritas.

Quando Nunes afirma que a força sempre foi o critério último da política — e que, portanto, não haveria grande novidade nesse elemento na conjuntura atual —, o argumento produz um efeito de despolitização que merece ser enfrentado. Não porque a força não tenha, de fato, operado historicamente como limite extremo de toda ordem política, mas porque essa constatação, tomada como evidência última, apaga aquilo que justamente está em jogo: o trabalho histórico da democracia em adiar, conter, deslocar e, em muitos casos, impedir que a força se tornasse o critério decisivo, portanto, a "decisão final" da política. Que a força seja simplesmente um elemento invariável da política, não torna a diferença qualitativa entre ordens

4NUNES, Rodrigo. The Mask Comes Off. Boston Review, 2026. Disponível em: https://www.bostonreview.net/articles/the-mask-comes-off/. Acesso em: 09 fev. 2026.

democráticas e regimes autoritários menos decisiva. O que distingue a democracia não é a negação da força, mas sua insubordinação a própria força como critério último. Não estamos, portanto, diante de uma passagem da hipocrisia ao cinismo, como se a máscara do Império tivesse caído; estamos diante da tentativa de destruição da força democrática, essa sim com a força de desmascarar a hipocrisia, o cinismo e o fascismo.

Contra o pensamento em bloco que ativa, como último critério, a força e a violência, é preciso reinventar, uma vez mais, o trabalho de cooperação das linhas[5]. O trabalho das linhas que recoloca a democracia como prática viva, conflitiva e situada acima dos Estados, dos líderes mafiosos e dos alinhamentos geopolíticos.

5 COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. O trabalho das linhas. UniNômade Brasil, 18 jun. 2018. Disponível em: https://uninomade.net/o-trabalho-das-linhas/ Acesso em: 18/02/2026.